

1. Contexto operacional: O Frigorífico Nutribrás S.A. ("Companhia") é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. A Companhia tem Sede e foro no Anel Viário Norte, S/N, Bairro Anel Viário, CEP 78.890-000, no município de Sorriso, Estado de Mato Grosso. O objeto da Companhia é a exploração das seguintes atividades: Indústria de produção própria e para terceiros (Frigorífico Nutribrás S.A.) e comércio e exportação de carnes suínas e embutidos; abate de suínos, bem como, empacotamento e desossa de carnes suínas; - Importação de insumos agrícolas e indústrias; Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional. Atividade agropecuária e comércio, na produção de suíno no sistema de parceria/integração, engorda de suíno para corte e produção agrícola; Comércio atacadista de produtos agropecuários, beneficiamento, secagem, padronização e esmagamento de grãos, cereais e leguminosas, tais como soja, milho, feijão e arroz; Armazéns gerais com emissão de warrant; Fabricação de rações balanceadas para animais e comércio de óleos vegetais e resíduos industriais de grãos, cereais e leguminosas; Cultivo de soja, milho e feijão; Comércio atacadista de carne suína, derivados e produtos alimentícios. A Companhia possui dez filiais nos Estados do Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, sendo consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A Companhia adotou materialmente todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto na CTG 07 (R1) – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. A emissão das demonstrações foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de maio de 2025.

3. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira. Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração de resultado.

4. Uso de estimativas e julgamentos complexos. A preparação destas demonstrações contábeis inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões sobre as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Incertezas sobre premissas e estimativas As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Mensuração do valor realizável líquido de produtos agrícolas; A mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas, nota explicativa nº 9 - Estoques, é efetuada com base no preço de venda firmado com clientes menos os custos de entrega dos produtos, para os quais há a responsabilidade de venda firmados com os clientes ao final do exercício, e o preço de mercado menos os custos de entregas para os estoques para os quais não há contratos firmados, na qual em ambos os casos, líquidos dos tributos sobre a venda. b) Mensuração do valor justo de ativos biológicos: A mensuração do valor justo dos produtos agrícolas, lavoura em formação e suínos (nota explicativa nº 10 – Ativos biológicos), utiliza premissas com o objetivo de determinar seu valor justo, como por exemplo: preço estimado dos produtos agrícolas, custos estimados da safra até o momento da sua colheita, despesas operacionais e logísticas, custo de oportunidade e provisões de tributos sobre o lucro, incluindo a produtividade agrícola estimada. Adicionalmente é utilizada a hierarquia de nível 2 para a mensuração do valor justo dos suínos conforme descrito na NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico, valendo-se de informações diretamente observáveis, conforme a localização dos ativos. Para a mensuração do valor justo dos produtos agrícolas, é observado o nível 3, utilizando técnicas de avaliação com preços futuros descontados a valor presente, com base na metodologia de renda. c) Provisão para contingências A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos e as provisões para contingências são constituídas para os riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais (nota explicativa nº 20 – Provisão para contingências), referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nestas demonstrações contábeis. d) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros A mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, (nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos) é feita recorrentemente, conforme requerida pelo NBC TG 48 Instrumentos Financeiros. O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia, com base em informações e condições de mercado existentes na data base destas demonstrações contábeis. e) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos (nota explicativa nº 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos) com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil apresentado nestas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas vigentes. A Companhia revisa regularmente os tributos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade econômica. f) Mensuração do ajuste a valor presente: A Administração realiza avaliação com análise de aplicação de possíveis ajustes a valor presente, com reflexos nos ativos e passivos com efeitos no resultado, com exceção das atualizações dos arrendamentos, que sua contrapartida é registrada no ativo em direito de uso, conforme orienta a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos. A taxa efetiva utilizada decorre da média ponderada das taxas de juros contratados nos empréstimos e financiamento da

Companhia. g) Provisão para perdas ao valor recuperável (Impairment): A Companhia realiza a avaliação para perdas ao valor recuperável dos seus ativos, com base nas seguintes estimativas e julgamentos. No contas a receber e outros créditos, observado na nota explicativa nº 8, a Companhia avalia seus saldos contábeis de forma individual ou coletivo com base em índices aplicáveis com base em política interna de acordo com os vencimentos dos títulos. A nota corresponde à ativos financeiros não derivativos. Os estoque e ativos biológicos, dispostos nas notas explicativas nº 9 e 10, respectivamente, seguem as valorizações conforme os pontos acima citados de mensuração do valor justo dos ativos biológicos e mensuração do valor realizável líquido de produtos agrícolas, onde sua recuperabilidade é avaliada com base nas premissas de cada avaliação e suas abordagens. As notas correspondem à ativos não financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 26, são avaliados pelo valor justo, determinado pela marcação de mercado por cada instituição financeira custodiante dos derivativos contratados. Os instrumentos financeiros são ativos financeiros derivativos. Os impostos diferidos, dispostos na nota explicativa nº 19, são avaliados em cada apuração, com base nos itens 34 a 36 da NBC TG 32 (R4) – Tributos Sobre o Lucro. Essas movimentações são reconhecidas nas pessoas jurídicas que contenham seu regime de apuração de lucro real, decorrente dos controles a serem realizados para diferenças temporárias recuperáveis ou tributáveis. Considera-se ativo financeiro não derivativo. No imobilizado, nota explicativa nº 12, os valores são avaliados periodicamente, com base nos inventários físicos, para que não haja bens com valores em uso superior ao valor contábil. São utilizados métodos de precificação baseado em transações de mercado, estado de conservação e características técnicas dos equipamentos, comparação com bases de dados de mercados e fontes especializadas. Após essas avaliações, os valores contábeis registrados acima do seu valor em uso, são baixados como despesa para o resultado. Os saldos são correspondentes à ativos não financeiros. h) Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento e parcerias agrícolas: A Companhia indexou seus ativos de direito de uso e passivo (nota explicativa nº 17) de arrendamento por valores de sacas de soja ou em reais, no momento da adoção, assim como nas atualizações de acordo com o preço de mercado ou valor estipulado em contrato. Aplica-se no momento inicial de reconhecimento e posteriormente são realizadas as atualizações monetárias advindas das alterações dos índices e ajustes a valor presente, conforme NBC TG 12 (R1). As variações de preços das commodities podem gerar uma grande variação nos valores dos fluxos dos arrendamentos e parcerias agrícolas que são indexados utilizando tal premissa. i) Vida útil do ativo imobilizado: Os ativos imobilizados (nota explicativa nº 12), da Companhia são reconhecidos pelo seu valor de custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os custos antecedentes à aquisição são incorporados ao valor residual do imobilizado, demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos, áreas rurais e benfeitorias em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação foram avaliados por Companhia especializada externa com laudo de avaliação emitido na data base de 31 de dezembro de 2023, a fim de garantir a eficiência dos controles de vida útil dos bens do ativo da Companhia. j) Perdas Estimadas com Créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da capacidade de recuperação dos valores registrados na conta de clientes, considerando riscos identificáveis na data das demonstrações contábeis. A política adotada pela companhia está em conformidade com o Pronunciamento Técnico NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros. Critérios para realizar a provisão do PECLD 1) Perdas esperadas por sacado que estão com vencidos acima de 60 dias; 2) Cliente que entraram em Recuperação Judicial, mesmo que este não esteja enquadrado no item 1 deste subitem. 5. Demonstrações Contábeis reapresentadas As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos e dos ativos biológicos que são designados pelo valor justo por meio do Resultado. O Frigorífico Nutribras S.A. Nutribras S.A. está reapresentando os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa, apresentadas para fins de comparação, em suas informações contábeis findadas em 31 de dezembro de 2023 e divulgadas no dia 06 de maio de 2024, conforme previsto no NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia com objetivo de aprimorar os controles e processos decorrentes da opinião modificada de seus auditores em relação a valorização do valor justo de seus ativos biológicos e mensuração de seus estoques, bem como seus possíveis efeitos em outras rubricas contábeis, realizou ajustes necessários e relevantes nas rubricas de valor justo dos ativos biológicos e imposto diferido. Tal alteração foi para aprimorar os controles existentes da Companhia, bem como a adequada apresentação e razoabilidade das demonstrações contábeis. Para assegurar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, a Companhia apresenta os quadros atualizados de 31 de dezembro de 2023: 5.1 Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 Ativo Original apresentado Ajuste Representado Circulante Caixa e equivalentes de caixa 4.179.228 - 4.179.228 Contas a receber 85.198.128 - 85.198.128 Estoques 198.204.499 (6.000.000) 192.204.499 Impostos a recuperar 16.574.712 - 16.574.712 Ativos Biológicos 444.943.931 (242.084.808) 202.859.123 Adiantamentos 3.604.802 - 3.604.802 Outros créditos 5.460.644 - 5.460.644 758.162.944 (248.084.808) 510.078.136 Não circulante Impostos a recuperar 1.103.400 - 1.103.400 Impostos Diferidos 11.418.184 - 11.418.184 Depósitos Judiciais 5.640.999 - 5.640.999 Direito de uso 38.524.736 - 38.524.736 Investimentos 7.776.910 - 7.776.910 Imobilizado 388.844.753 27.787.035 416.631.788 Intangível 720.417 - 720.417 454.029.399 27.787.035 481.816.435 Total do ativo 1.212.192.343 (220.297.772) 991.894.571 Em 31 de dezembro de 2023 Passivo e patrimônio líquido Original apresentado Ajuste Representado Circulante Fornecedores 125.041.195 - 125.041.195 Empréstimos e financiamentos 190.664.070 - 190.664.070 Obrigações tributárias 4.785.455 - 4.785.455 Obrigações sociais e trabalhistas 11.805.726 - 11.805.726 Distribuição de lucros a pagar 5.889.974 - 5.889.974 Empréstimos e financiamentos 902.029 - 902.029 Outras contas a pagar 75.861.260 11.572.523 87.433.783 414.949.708 11.572.523 426.522.231 Não circulante - Empréstimos e financiamentos 142.909.691 - 142.909.691 Arrendamento a pagar 64.915.361 - 64.915.361 Provisão para contingências 1.330.046 - 1.330.046 Impostos diferidos 74.456.261 (59.845.860) 14.610.401 Obrigações tributárias 3.155.888 - 3.155.888 Outras contas a pagar 720.061 (720.061) 226.921.388 287.487.310 (60.565.922) 142.909.691 Patrimônio líquido Capital social 71.337.844 - 71.337.844 Adiantamento para futuro aumento de capital 71.469.105 - 71.469.105 Ajuste de avaliação patrimonial 67.904.117 - 67.904.117 Reserva de lucros 299.044.261 (171.304.374) 127.739.886 509.755.326 (171.304.374) 338.450.952 Total do Passivo e do Patrimônio Líquido 1.212.192.344 (220.297.773) 991.894.571 5.2 Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2023 Passivo e patrimônio líquido Original apresentado Ajuste Representado Receita operacional líquida 583.328.730 - 583.328.730 Custo dos produtos vendidos (354.232.755)

(220.297.773) (574.530.528) Lucro bruto 229.095.975 220.297.773) 8.798.202 Despesas/receitas operacionais Despesas com vendas (37.632.430) (37.632.430) Despesas gerais e administrativas (124.948.180) (124.948.180) Outras receitas operacionais líquidas 10.288.102 10.288.102 Resultado operacional antes do resultado financeiro (152.292.508) (143.494.306) Receitas financeiras 8.495.294 8.495.294 Despesas financeiras (46.639.815) (57.492.275) Resultado financeiro líquido (38.144.521) (48.996.982) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social 38.658.946 (192.491.288) Imposto de renda e contribuição social diferidos (3.523.804) 56.322.057 Lucro líquido do período 35.135.142 (136.169.231) 5.3 Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 Original apresentado Ajuste Representado Lucro líquido do exercício 35.135.142 (171.304.373) (136.169.231) Outros resultados abrangentes - - Total do resultado abrangente total 35.135.142 (171.304.373) (136.169.231) 5.4 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2023 Original apresentado Ajuste Representado Saldos em 1º de janeiro de 2023 402.408.662 - 402.408.662 Aumento de capital Adiantamento para futuro aumento de capital 71.469.105 - Realização do ajuste de avaliação patrimonial 742.417 - 71.469.105 Lucro líquido do exercício 35.135.142 - 742.417 Saldos em 31 de dezembro de 2023 509.755.326 (171.304.373) (136.169.231) 5.5 Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 Original apresentado Ajuste Representado Fluxos de caixa das atividades operacionais (=) Lucro líquido do exercício 35.135.142 (160.451.913) (136.169.231) Ajuste: Depreciação e amortização 8.291.386 (160.451.913) 8.291.386 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.769.856 - 2.769.856 Valor justo biológico 106.317.191 - 21.456.372 Valor justo estoque 7.652.640) 127.773.563 16.848.993 Valor residual da baixa de imobilizado e intangível 354.456 24.501.633 354.456 Provisão para Contingências 1.193.866 - 1.193.866 Juros e variação monetários sem efeito caixa 31.070.545 - 31.375.530 Ajuste a valor presente 10.852.461) 304.985 (10.852.461) Imposto de renda e contribuição social diferidos 22.093.952) - (56.322.057) Resultado do exercício ajustado 68.100.993) (34.228.105) (121.053.290) Variação nos ativos Contas a receber e outros créditos (33.315.345) (30.000.000) (63.315.345) Estoques (76.650.947) (1.652.369) (78.303.586) Impostos a recuperar (circulante e não circulante) (5.098.487) - (5.098.487) Depósitos judiciais 2.226.489 - 2.226.489 Adiantamentos diversos 12.422.017 - 12.422.017 Ativos biológicos (circulante e não circulante) 42.501.297 135.767.617 178.268.914 Direito de uso (2.395.232) Variação nos passivos Fornecedores e outras contas a pagar (circulante e circulante) 69.818.282 - 69.818.282 Obrigações tributárias (circulante e não circulante) (2.522.681) - (2.522.681) Obrigações sociais e trabalhistas 747.211 - 747.211 Impostos diferidos - (34.228.105) (34.228.105) Caixa líquido das atividades operacionais 57.973.158 (88.159.281) (43.433.813) Fluxo de caixa das atividades de investimentos Ativo de direito de uso e arrendamento a pagar (2.395.232) - 0 Imobilizado (49.847.269) (27.787.035) (77.634.304) Intangível (230.509) - (230.509) Investimentos (245.281) - (245.281) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (52.718.291) (27.787.035) (78.110.094) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Captação de empréstimos e financiamentos 38.411.583 - 49.264.044 Adiantamento para futuro aumento de capital 46.445.632 - 46.445.632 Partes relacionadas 25.164.393 - 25.164.393 Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento 110.021.608 - 120.874.069 Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (669.841) - (669.841) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 4.849.068 - 4.849.068 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 4.179.228 - 4.179.228 Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (669.841) - (669.841) 6. Principais políticas contábeis materiais e elucidativas: a) Receita operacional, (i) Vendas de mercadorias, A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente, entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. (ii) Serviços, A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem os saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata ou aquelas para as quais não existem restrições para o resgate imediato. c) Contas a receber; As contas a receber representam valores a receber de clientes decorrentes das vendas de produtos/serviços no curso normal das operações da Companhia. Os saldos são apresentados ao valor de realização, líquidos de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa. d) Receitas financeiras e despesas financeiras as receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Receita de juros; Despesa de juros; justo por meio do resultado; Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não conta a receber); A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. e) Encargos financeiros: Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, independentemente do pagamento. Estão compreendidos neste grupo os juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos, variações monetárias e cambiais, além de outros encargos relacionados a passivos financeiros. A mensuração dos encargos financeiros considera a taxa efetiva de juros contratada e os custos diretamente atribuíveis à obtenção de empréstimos, quando aplicável. Os encargos estão vinculados principalmente a contratos de: Empréstimos bancários de curto e longo prazo; Financiamentos de ativos (máquinas e equipamentos); Contratos de arrendamento conforme NBC TG 6 (R3) - Arrendamentos; Outras operações de crédito. f) Empréstimos e financiamentos Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquidos dos custos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros incorridos são apropriados ao resultado ao longo do período de financiamento. Os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo circulante e não circulante conforme os prazos de vencimento, segregados em curto e longo prazo. A Companhia gerencia seus passivos financeiros considerando a estrutura de capital ideal, o custo médio ponderado da dívida, a liquidez e a capacidade de geração de caixa. g) Fornecedores: Os saldos de fornecedores correspondem à obrigações assumidas pela Companhia junto a terceiros decorrentes da aquisição de bens, mercadorias ou serviços, registrados conforme o regime de competência. Os prazos médios de pagamento variam de 30 a 120 dias, dependendo do tipo de fornecimento e das condições contratuais negociadas com cada fornecedor. Não há incidência de encargos financeiros, exceto em casos de inadimplemento. Os valores de fornecedores estão classificados no passivo circulante, uma vez que se referem a obrigações com vencimento em até 12 meses a partir da data base das

demonstrações. Não existem provisões reconhecidas relacionadas a disputas com fornecedores ou perdas esperadas na liquidação dessas obrigações até a data base. h) Moeda estrangeira São realizadas as devidas conversões para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e/ou apurados em moedas estrangeiras, bem como commodities contempladas na data das demonstrações contábeis foram convertidos para a moeda funcional à taxa de conversão naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo Valor justo em moeda estrangeira, são respectivamente convertidos para a moeda funcional à taxa de conversão na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de conversão na data da transação. As diferenças em moedas estrangeiras bem como commodities resultantes da conversão são reconhecidas no resultado como variação cambial monetária ativa ou passiva no grupo de encargos financeiros líquidos. (i) Transações em moeda estrangeira Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. (ii) Operações no exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o real às taxas de câmbio apuradas na data do Balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. k) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques de produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Insumos agrícolas São demonstrados pelo custo de aquisição. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Adiantamento a fornecedores de insumos São demonstrados ao valor efetivamente pago em operações contratadas, não havendo histórico de indicadores de não realização. Produtos agrícolas São demonstrados inicialmente pelo custo de produção ou de compra e ajustados pelo valor realizável líquido ou valor justo. Estoque em poder de terceiros São os estoques em poder de terceiros, remetidos para consertos, industrialização, beneficiamento, armazenagem, das quais possuem somente a guarda dos ativos. Também consideram as remessas para formação de lote de exportação, com emissão futura de nota de exportação direta ou indireta. Mercadorias em trânsito São demonstrados pelo custo de aquisição. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Redução ao valor recuperável/impairment. Os estoques são avaliados reiteradamente para avaliação dos valores justos, sendo mensurado a provisão de perdas com base no índice de divergência dos estoques físicos e sistêmicos. A Companhia com seu processo auditoria interna, realiza a avaliação física e sistêmica dos saldos para assecuração da exatidão dos saldos contábeis de forma periódica. l) Ativos biológicos: Os ativos biológicos, nota explicativa nº 10 - Ativos biológicos, são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de vendas, despesas operacionais, custo de oportunidade, tributos sobre a venda e tributos sobre o lucro, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. As premissas significativas para a determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 10 – Ativos biológicos. O ganho ou a perda na variação do valor justo do ativo biológico são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram, na rubrica de "Custo dos produtos vendidos". A Administração considera para realização da mensuração a valor justo o estágio do ativo biológico onde as estimativas de colheita não sofrerão alterações, ou será mínima para apuração da produção. Os estágios fenológicos ou idade dos suínos utilizados são: a) Milho: considera o estágio R3 com prazo médio de 80 dias; b) Algodão: considera o estágio C1, com prazo médio de 120 dias; c) Soja: considera o estágio R5, com prazo médio de 70 dias; d) Arroz: considera o estágio R4, com prazo médio de 81 dias; e) Suínos: considera o grupo de idade de maturação, correlacionado com o valor de mercado para cada grupo de idade: Leitões (0 a 60 dias): recém-nascidos até o desmame. O valor de mercado depende do peso e da demanda. Suínos em Crescimento (60 a 120 dias): pós-desmame até a maturidade sexual. O valor é influenciado pelo potencial de crescimento e engorda. Suínos em Terminação (120 a 180 dias): fase final de engorda, próximos ao abate. O valor de mercado é impactado pelo peso e qualidade da carne. m) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado foram, inicialmente, mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A partir de 31 de dezembro de 2017, o ativo imobilizado passou a ser mensurado com base em seu valor justo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação, A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Descrição Taxa VIDA UTIL (ANOS) Edificações 4% 25 Máquinas e equipamentos 10% 10 Computadores e periféricos 20% 5 Veículos 22% 4 a 5 Instalações 10% 10 Moveis e utensílios 10% 10 Aeronaves 10% 10 Matrizes e reprodutores 40% 2,5 n) Ativos intangíveis: (i) Outros ativos intangíveis-Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. (ii) Amortização- A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte: Software: 5 anos. o) Direito de uso e passivo de arrendamento (i) Política Contábil Relativa a Arrendamentos A Companhia adota a NBC TG 06 (R3) Arrendamentos, que exige o reconhecimento de todos os arrendamentos, tanto operacionais quanto financeiros, no balanço patrimonial. Em função disso, os direitos de uso relacionados a ativos arrendados são reconhecidos como ativos e as obrigações decorrentes dos arrendamentos são reconhecidas como passivos. O reconhecimento inicial do direito de uso e do passivo de arrendamento é feito com base no valor presente das parcelas do arrendamento a pagar, considerando a taxa de juros implícita no contrato ou, quando esta não for determinável, a taxa de juros incremental de empréstimos. (ii) Direitos de Uso Os direitos de uso são inicialmente

registrados pelo valor do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos efetuados antes da data de início do contrato de arrendamento, e incluem: • Valor presente das obrigações de pagamento de arrendamento; • Custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento; •Eventuais estimativas de custos de desmobilização do ativo. Os direitos de uso são amortizados ao longo do prazo do arrendamento ou, se aplicável, durante a vida útil do ativo, se este for de menor duração. A amortização é registrada como despesa de depreciação no resultado. (iii) Passivos de Arrendamento Os passivos de arrendamento representam a obrigação da Companhia de realizar os pagamentos futuros do arrendamento. Os passivos são inicialmente mensurados pelo valor presente das parcelas de arrendamento a pagar durante o período do contrato, descontadas a uma taxa de juros implícita no arrendamento ou, na ausência dessa taxa, pela taxa de juros incremental de empréstimos da Companhia. Após o reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento são ajustados pelos pagamentos feitos e pelo efeito da variação da taxa de juros. p) Subvenção e assistência governamental: As subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas. q) Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação é realizada tendo por base o modelo de negócios da Companhia e as características de fluxo de caixa do instrumento financeiro; A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. r) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desconhecimento A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. s) Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: Inadimplência ou atrasos do devedor; Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. (iii) Ativos não financeiros Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. t) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. 6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024. As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a. Alterações na norma IAS 1/NBC TG 26 (R5) Apresentação das demonstrações contábeis: O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenant, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia b) Alterações na norma IFRS 16/NBC TG 06 (R3) Arrendamentos: Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/NBC TG 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor- locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos

de arrendamento revistos" de forma que o vendedor locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. c) Alterações na IAS 7/NBC TG 03 (R3) e IFRS 7/NBC TG 40 (R3): Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfaiting ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. 6.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024, Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: i) Alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; ii) Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; iii) Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; iv) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/NBC TG 26 (R5) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; v) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

7. Caixa e equivalentes de caixa: 2024 2023 Caixa 2.768 2.949 Banco conta corrente 7.954.437 4.008.377 Aplicações financeiras 9.441.246 167.902 17.398.451 4.179.228 As aplicações financeiras são remuneradas a preços e taxas do mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2024 e estão detalhadas abaixo. 7.1. Aplicações financeiras 2024 Aplicação BB Rende Fácil 4.906.546 Aplicação CDB - Certificado de Depósito Bancário 4.534.700 9.441.246 As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% do CDI em média). 8. Contas a receber: As contas a receber de clientes representam valores devidos à Companhia em decorrência da venda de mercadorias e serviços, que são liquidadas em condições de crédito. A Companhia realiza suas vendas tanto a prazo quanto à vista, e as contas a receber referem-se principalmente aos saldos pendentes de pagamento. A Companhia adota o critério de provisão para devedores duvidosos para refletir possíveis perdas devido à inadimplência dos clientes. A provisão é calculada com base na análise de risco de crédito dos clientes e nas perdas históricas relacionadas ao não pagamento. A provisão é ajustada conforme necessário, de acordo com a avaliação do risco de crédito. Contas a receber 2024 Mercado interno 65.556.945 Mercado externo 693.785 (-) PECLD (i) (6.381.291) 59.869.439 (i) A provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa de contas a receber tem por base a política definida pela Administração. Esta política leva em consideração os seguintes critérios: Perdas esperadas por sacado que estão com vencidos acima de 60 dias; Clientes que entraram em Recuperação Judicial. Aging list: Contas a receber mercado interno 2024 2023 Vencidos até 90 dias 9.335.472 - Vencidos entre 91 e 180 dias 23.203 3.042.769 Vencidos entre 181 e 365 dias 245.285 39.763.419 Vencidos a mais de 365 dias 6.045.998 7.289.766 A vencer até 90 dias 49.906.987 39.393.731 A vencer entre 91 e 365 dias - 9.090 65.556.945 89.498.775 Contas a receber mercado interno 2024 2023 Vencidos até 90 dias - 1.467.516 Vencidos entre 91 e 180 dias 58.410 - Vencidos entre 181 e 365 dias - 282.499 A vencer até 90 dias 635.375 - 693.785 1.750.015 Movimentação da PECLD: 2024 2023 Saldo inicial (6.053.662) (3.283.806) Adições (487.227) (2.779.055) Baixas 159.598 9.199 Saldo final (6.381.291) (6.053.662) Os saldos existentes em contas a receber nesta data base foram originados da comercialização de mercadorias do Frigorífico Nutribras S.A. Nutribras S.A. junto a tradings e demais clientes de longa tradição no mercado de carnes suínas. A totalidade das operações é firmada em real ou dólar. Não foi realizado ajuste a valor presente devido ao curto prazo das operações, tornando a diferença entre o valor nominal e o valor presente pouco relevante. 9. Estoques 2024 2023 Produto acabado (i) 5.594.777 5.408.835 Almojarifado (ii) 16.838.500 14.261.069 Matérias-primas e materiais de consumo (iii) 37.420.998 87.844.400 Produtos agrícolas (iv) 15.141.255 23.428.925 Produtos agrícolas - custo 13.500.690 Produtos agrícolas - valor justo 1.640.565 Outros estoques 7.044.559 12.845.580 Adiantamento de estoque 57.289.522 48.415.690 Adiantamento - Partes relacionadas 53.093.309 44.118.103 Adiantamento - Demais fornecedores 4.196.213 4.297.587 139.329.611 192.204.499 (i) Itens produzidos pelo Frigorífico Nutribras S.A., como: carcaças, cortes, miúdos, subprodutos e industrializados. Os produtos acabados e em elaboração, especialmente carnes suínas, são avaliados ao custo de produção, que inclui: Matérias-primas (ex: ração), Mão de obra e custos indiretos de fabricação, Armazenagem e distribuição. (ii) Os itens do almojarifado (materiais administrativos, manutenção, limpeza e segurança) são registrados pelo custo médio ponderado, incluindo frete, impostos e demais custos diretamente atribuíveis à aquisição. A Companhia realiza acompanhamento contínuo para identificar itens obsoletos, com baixa rotatividade ou sem utilidade operacional. Quando identificados, são baixados ou ajustados conforme as práticas contábeis, sem impacto relevante nos resultados. (iii) Itens utilizados para consumo dos animais, além dos materiais para a produção da lavoura como: farelo de milho, micros e núcleos, farelo de soja, insumos agrícolas, vacinas e medicamentos e combustível. Os demais estoques, como matérias-primas (farelos, micro ingredientes, núcleos, rações, vacinas e medicamentos), insumos agrícolas, combustíveis e materiais de consumo são utilizados na produção de ração e demais insumos para a saúde e nutrição animal, sendo destinados tanto ao uso interno quanto à comercialização. (iv) Os estoques de milho, soja e arroz foram avaliados pelo valor justo líquido das despesas de venda, com base no preço estimado Custos de produção/Compra e engorda de suínos 241.465.951 88.416.000 60.370.860 390.252.811 Colheita/ Venda de suínos 229.133.886 91.645.803 (70.105.302) 390.884.991 Variação no valor justo 10.487.316 10.704.224 14.686.355 37.468.460 Saldo em 31 de dezembro de 2024 129.456.983 92.790.785 15.807.069 238.054.837

10.b) Movimentação valor justo do ativo biológico no resultado: Suínos Soja Outras Culturas Total Saldo em 31 de dezembro de 2022 (38.876.772) 65.592.184 (4.534.371) Total Colheita valor AVJ (i) 38.876.772 (65.592.184) 4.534.371 22.181.041 Provisão de cálculo (ii) 22.527.312 (54.747.292) (6.085.384) (22.181.041) Saldo em 31 de dezembro de 2023 22.527.312 (54.747.292) (6.085.384) (38.305.364) Colheita valor AVJ (i) (22.527.312) (54.747.292) (8.341.068) (38.305.364) Provisão de cálculo (ii) 10.487.316 10.654.223 14.769.584 (85.615.672) Saldo em 31 de dezembro de 2024 10.487.316 10.654.223 14.769.584 35.911.123 (i) Os valores provisionados de valor justo no ativo, no momento da alteração de ativo biológico para produto agrícola, na colheita, são transferidos da rubrica de ativo biológico para estoque de produtos agrícolas; (ii) Provisão de cálculo corresponde ao cálculo do valor justo dos ativos biológicos, com contrapartida no resultado na rubrica de variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas. 10.c) Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas Saldos de variação no resultado do exercício 31/12/2024 31/12/2023 Variação no valor justo no ativo biológico 37.551.688 38.305.364 Valor realizável líquido dos produtos agrícolas 35.911.124 38.305.364 Saldos de variação no resultado do exercício 1.640.565 Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos. Observa-se também, conforme exposto na nota 6 (l) – Ativos biológicos, que a mensuração será realizada com base no estágio onde a estimativa de perda de colheita é mínima ou não há. Com base nisso e considerando o ciclo das culturas apresentadas na sequência, em 31 de dezembro de 2024, foi realizado apenas a provisão ao valor justo da cultura soja, arroz, milho e dos suínos com contrapartida no resultado. 31/12/2024 31/12/2023 Soja 1ª safra Área total plantada (ha) 15.103 11.925 Área total colhida (ha) 75 - % Total área colhida (ha) 0,5% -% Produtividade obtida/estimada (sc/ha) 71 76 Preço médio (R\$/sc) ² 130,45 120,60 Milho 1ª safra Área total plantada/planejada (ha)¹ 9.868 5.770 Área total plantada (ha) 100 1.100 % Total área plantada (ha) 1% 19% Produtividade obtida/estimada (sc/ha) 130 150 Preço médio (R\$/sc) ² 58,05 69,62 Arroz Área total plantada (ha) 1.754 1.000 Área total colhida (ha) - 0 % Total área colhida (ha) -% -% Produtividade obtida/estimada (sc/ha) 90 85 Preço médio (R\$/sc) ² 130,50 87,16 ¹Área estimada/planejada de plantio para a safra 24/25 ²Preço médio a valor de mercado na data da apuração. As culturas de soja, milho e Arroz ocorrem nos seguintes períodos: Unidade Localização Soja Milho Arroz Faz. Vera Vera (MT) 13/09 a 08/02 28/12 a 30/06 - Faz. Tocantins Nova Ubiratã (MT) 14/09 a 16/02 05/01 a 15/07 20/11 a 02/05 Faz. KPM Paranatinga (MT) 12/10 a 03/03 20/01 a 30/07 - Faz. Celeste Sorriso (MT) 20/09 a 14/02 10/01 a 20/07 - O Frigorífico Nutribras S.A. Nutribras S.A. está exposto a riscos relacionados as suas plantações, sendo eles: Risco de oferta e demanda O Frigorífico Nutribras S.A. Nutribras S.A. está exposta a riscos decorrentes das flutuações de preços e do volume de venda de suas produções. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando o seu volume de produção com a oferta e demanda do mercado. Riscos climáticos e outros As lavouras do Frigorífico Nutribras S.A. Nutribras S.A. estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. O Frigorífico Nutribras S.A. Nutribras S.A. possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos. 11. Adiantamentos: São recursos adiantados a fornecedores, empregados ou outras partes. Os adiantamentos diversos são feitos com a finalidade de garantir a continuidade das operações da Companhia e de cumprir com as obrigações contratuais, seja em termos de fornecimento de mercadorias, execução de serviços, ou pagamento de despesas. Os adiantamentos permitem à Companhia obter condições comerciais favoráveis ou garantir a execução de serviços essenciais: 2024 2023 Adiantamentos diversos 3.038.713 2.166.387 Adiantamentos com fornecedor 1.575.069 1.438.415 Adiantamento com partes relacionadas 12.687.545 - Adiantamentos diversos 17.301.327 3.604.802 Referente ao ano de 2024 ocorreu um aumento no valor dos adiantamentos, pois a companhia realizou alguns adiantamentos decorrentes das atividades operacionais para as partes relacionadas. 12. Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros a seguir: a) Composição do custo do imobilizado bruto Estimativa de vida útil(anos) Saldo em 31/12/2023 Adições Baixas Saldo em 31/12/2024 Terrenos 7.200.000 - - 7.200.000 Edificações 25 186.953.888 3.600.492 (1.432.391) 189.121.989 Veículos 4 a 5 31.757.542 1.488.265 (14.355.368) 18.890.439 Máquinas e equipamentos 10 123.865.064 20.712.622 (19.219.305) 125.358.381 Móveis e utensílios 10 1.259.255 467.103 (81.423) 1.644.935 Computadores e periféricos 5 1.962.916 394.137 (181.395) 2.175.658 Instalação 10 4.025.537 1.261.159 (605.897) 4.680.799 Aeronave 10 28.244.868 38.130.577 (49.445.041) 16.930.404 Matrizes e reprodutores 5 46.170.015 26.585.116 (13.907.176) 58.847.955 Imobilizados em poder terceiros - 1.302.523 - (1.302.523) - Adiantamento imobilizado - 6.111.531 - (2.895.993) 3.215.538 Imobilizado em andamento (i) - 71.458.283 40.401.446 (4.156.500) 107.703.229 Totais 510.311.422 133.040.917 (107.583.01 2) 535.769.327 b) Composição da depreciação Taxa média de depreciação (anual) Saldo em 31/12/2023 Adições Baixas Saldo em 31/12/2024 Edificações 4% (36.615.415) (7.537.138) 3.122.607 (41.029.946) Veículos 22% (8.951.751) (3.703.110) 5.367.201 (7.287.660) Máquinas e equipamentos 10% (32.674.881) (16.513.688) 9.092.961 (40.095.608) Móveis e utensílios 10% (395.566) (185.955) 43.108 (538.413) Computadores e periféricos 20% (1.270.836) (388.948) 49.500 (1.610.284) Instalação 10% (578.374) (771.580) 321.163 (1.028.791) Aeronave 10% (330.534) (5.842.292) 8.019.985 1.847.159 Matrizes e reprodutores 20% (12.862.277) (17.402.721) 5.347.401 (24.917.597) - (93.679.634) 52.345.432 31.363.926 114.661.140 Imobilizado líquido 416.631.788 80.695.485 76.219.086) 421.108.187 (i) Imobilizado em andamento: o imobilizado em andamento são edificações de barracões nas fazendas, silos, que estão em fase de construção, na qual serão concluídas no prazo de 6 meses a 1 ano desta data base. Provisão para redução ao valor recuperável: A companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que poderiam impactar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Para as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou quaisquer evidências que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade. 13. Fornecedores: Os saldos são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. O saldo de fornecedores registrado no passivo circulante refere-se a obrigações da Companhia junto a terceiros pela aquisição de bens e serviços no curso normal de suas operações. Não há garantias vinculadas aos saldos com fornecedores. Os pagamentos são realizados conforme condições comerciais previamente estabelecidas. Considerando que os fornecedores da Companhia, tem os prazos de vencimento predominantemente de curto prazo, avaliou-se que o impacto do ajuste a valor presente seria irrelevante para as demonstrações contábeis. Dessa forma, não foi realizado o reconhecimento do ajuste a valor presente para esse grupo do passivo. Quadro com as composições dos fornecedores para o exercício de 2024 registrados no curto prazo da Companhia: 31/12/2024 31/12/2023 Bens e serviços 105.478.636 108.315.724 Partes relacionadas – Nota 21 16.500.798 16.725.471 121.979.434 125.041.195 Aging list 31/12/2024 31/12/2023 Vencidos até 90 dias 11.123.307 1.123.409 Vencidos entre 91 e 180 dias 864.240 6.474.319 Vencidos entre 181 e 365 dias 48.328 94.665.370 Vencidos há mais de 365 dias 3.474.441 17.838.855 A vencer até 90 dias

73.962.764 4.938.768 A vencer entre 91 e 180 dias 22.928.549 474 A vencer entre 181 e 365 dias 9.577.805 125.041.195 121.979.434 1.123.409 14. Empréstimos e financiamentos: Composição dos empréstimos e financiamentos: Modalidade Moeda Taxa de juros Garantias

2024 2023 BNDS (VII) BRL 9% a 16% a.a. Aval e Imobilizado 182.888 6.288.833 FCO (VII) BRL 10 % aa Aval e Imobilizado 101.755 703.103 ACC (I) USD 7% a 12% a.a. Aval e Imobilizado 31.874.080 23.737.363 ACI (VIII) BRL 7% a 12% a.a. Aval e Imobilizado 32.958.350 28.118.582 Capital de giro(II) BRL 7% a 17% a.a. Aval e Imobilizado 141.908.691 109.873.262 CCB (VI) BRL 4% a 13% a.a. Aval e Imobilizado 39.861.466 30.725.207 CCB (VI) USD 4% a 13% a.a. Aval e Imobilizado 18.992.339 28.517.906 CEG (V) USD 4% a 13% a.a. Aval e Imobilizado 22.895.881 19.306.426 CPRF (IV) BRL 9% a.a. Aval e Imobilizado 74.034.355 32.656.844 CR (IV) BRL 10% a 16% a.a. Aval e Imobilizado 41.880.718 52.771.215 FINAME (VII) BRL 1% a. m. Imobilizado 487.908 875.020 405.178.432 333.573.761 Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir: Vencimentos 31/12/2024 Até 365 dias 177.091.666 Ano 2 63.676.247 Ano 3 35.806.342 Ano 4 106.118.296 Ano 5 22.485.881 405.178.432 O endividamento financeiro da Companhia é composto por operações denominadas em dólar e real. Para as operações em dólar, foram utilizados os seguintes valores de PTAX: R\$ 6,1923 em 31/12/2024 e R\$ 4,8413 em 31/12/2023. Os ganhos e perdas cambiais decorrentes da atualização pela variação do câmbio, bem como outras variações monetárias, são reconhecidos no resultado financeiro líquido em regime de competência. A composição da dívida é apresentada pelo custo líquido, e as taxas informadas representam a média ponderada do endividamento, sem considerar os indexadores pós-fixados, como CDI, aplicáveis a algumas operações nas modalidades Custeio e Investimento. Mapa da movimentação dos empréstimos e financiamentos: 2024 2023 Saldo inicial 333.573.761 295.162.178 Adições 267.406.059 281.127.823 Baixas (128.940.876) (205.851.528) Variação cambial (1.310.779) (1.409.806) Descontos (11.194) (2.417.253) Apropriação de (23.887.096) - Juros pagos (41.651.443) (33.037.653) Total 405.178.432 333.573.761 (i) Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC): As operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) são obrigações junto a bancos comerciais, cujo principal é liquidado através de exportações de produtos, conforme embarques. Os juros são pagos na liquidação dos contratos de câmbio e estes são garantidos pelas próprias mercadorias exportadas. O regulamento do Banco Central do Brasil permite que as companhias obtenham financiamento de curto prazo nos termos dos ACCs com vencimento em até 360 dias a contar da data de embarque das exportações; (ii) Capital de giro: o capital de giro é o recurso utilizado pela Companhia para financiar suas operações de curto prazo, sendo a diferença entre os ativos circulantes (como contas a receber e estoques) e os passivos circulantes (como contas a pagar). O empréstimo de capital de giro serve para complementar essa diferença, especialmente em momentos de necessidade de liquidez imediata; (iii) Cédula Rural Hipotecária: a Cédula Rural Hipotecária (CRH): é um título de crédito utilizado para o financiamento de atividades rurais, com garantia real dada por um imóvel rural. A CRH é uma das formas utilizadas para obter recursos financeiros de longo prazo, especialmente para o setor agrícola e pecuário, permitindo que o produtor rural tenha acesso a crédito para o financiamento de produções agrícolas, aquisição de bens de capital, aumentos de área cultivada ou melhorias na infraestrutura rural; (iv) Cédula de Produto Rural (CPR): a Cédula de Produto Rural (CPR) é um título de crédito emitido por produtores rurais com o objetivo de captar recursos financeiros para o financiamento de suas atividades. A CPR com liquidação financeira é uma modalidade em que, ao invés da entrega física do produto (como grãos, carne, leite, etc.), o pagamento é realizado em dinheiro, baseado no valor do produto no mercado ou no preço acordado entre as partes; (v) Financiamento aeronave: a Companhia mantém contrato de financiamento de aeronave, que foi destinado à aquisição do ativo imobilizado. O financiamento foi contratado visando a ampliação e modernização da frota da companhia. O bem adquirido (aeronave) foi registrado no ativo imobilizado, no grupo de bens de uso, pelo valor total de aquisição, incluindo encargos de importação, transporte, seguros e demais custos necessários para colocá-lo em condição de uso. A aeronave está sujeita à depreciação sistemática pelo método linear, considerando sua vida útil econômica estimada. A aeronave está coberta por seguro aeronáutico, conforme exigência contratual e normativa, com cobertura contra danos físicos, acidentes e responsabilidade civil; (vi) Cédula de Crédito Bancário (CCB): é um título de crédito emitido de forma escrita por pessoa física ou jurídica, em favor de uma instituição financeira. O documento representa uma promessa de pagamento, em dinheiro, que é decorrente de uma operação de crédito. Assim, toda vez que alguém contrata um empréstimo (independente da modalidade) com uma instituição financeira deve assinar a CCB, declarando ciência do crédito e do pagamento. O documento tem, portanto, a mesma validade de um contrato. (vii) Investimento: São linhas de créditos de investimento para as pessoas jurídicas. Esses investimentos podem ocorrer para aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento econômico e investimentos em equipamentos para as atividades agropecuárias. (viii) Abertura de Crédito Interno (ACI): São linhas de crédito fornecido pelas instituições financeiras que podem ter destinações diversas. Os prazos e taxas de juros são definidas pelo banco. Cláusulas restritivas A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants), relacionados majoritariamente a índices financeiros, dos quais são monitorados de forma tempestiva pela administração com o objetivo de garantir que haja o pleno cumprimento das cláusulas contratuais das operações contratadas. No curso natural de suas operações, o Frigorífico Nutribras S.A., constituiu 3 contratos de cédula de crédito bancário firmado junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A. compostos pelos contratos nº 112417814, 943500016 e 943500198 firmado no exercício de 2024 no valor de R\$ 85.162.500,05. Esses contratos possuem uma cláusula de vencimento antecipado "covenants", a qual está atrelada ao desempenho operacional da Companhia através da relação da sua dívida financeira líquida x EBTIDA. A companhia cumpriu todos os "covenants" no ano de 2024. 15. Obrigações tributárias: 2024 2023 Impostos retidos a recolher 1.279.600 1.104.910 ICMS a recolher 580.393 419.755 ICMS a recolher – PRODEIC 3.274.463 5.937.111 CPRB - Receita Bruta a Recolher 625.155 479.567 Impostos federais a recolher 450.439 - 6.210.050 7.941.343 Circulante 4.349.429 4.785.455 Não circulante 1.860.621 3.155.888 (i) Acordo de Parcelamento de ICMS a Recolher nº11157075 gerado nos termos em cumprimento a decisão liminar – Proc. 1036074- 95.2021.87.11.0041 junto a Sefaz Mato grosso sobre diferenças calculadas benefício do PRODEIC, com prazo de 60 meses, em 28/12/2024 foi quitado a 42º parcela. (ii) Referre-se a um parcelamento federal iniciado em 2024. 16. Obrigações sociais e trabalhistas: (ii) 2024 2023 Salários a pagar 4.065.834 3.843.786 Provisão de férias e encargos 6.809.783 6.197.336 INSS a recolher 1.114.355 884.478 FGTS a recolher 582.480 549.524 Outras obrigações com empregados 408.358 330.602 12.980.810 11.805.726 17. Direito de uso e arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 2 contratos de arrendamento de aproximadamente 7.000 ha. (sete mil hectares) de área agricultável pelo período de 15 anos, com início de vigência em 31 de maio de 2021 e término em 30 de julho de 2036: Área Unidade de área Vencimentos Tipo de arrendamento 7.000 Hectares 2036 Operacional A Companhia realizou o registro na Rubrica de "Ativo de direito de uso", no Ativo Não Circulante, da totalidade dos fluxos financeiros (pagamentos) esperados até o término do contrato de arrendamento, atualizados pelos efeitos inflacionários até o 3º ano de contrato e trazidos a valor presente pela taxa média de captação de recursos. A contrapartida ocorreu na rubrica de arrendamentos a pagar, no passivo circulante e não

circulante. Cabe destacar que o contrato de arrendamento prevê o pagamento através da entrega de sacas de soja de 60kg, sendo que anualmente a Companhia efetua a atualização do valor do arrendamento pela cotação da soja no fechamento do exercício. Dessa forma, os valores de ativo de direito de uso e Arrendamentos a Pagar podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor de mercado da soja. Direito de uso: 2024 2023 Saldo Inicial 38.524.736 49.888.147 Adições de novos contratos 3.144.811 - Variações monetárias (3.961.959) (3.959.851) Amortização do direito de uso (2.059.415) (7.403.560) 35.648.173 38.524.736 Arrendamentos a pagar: 2024 2023 Arrendamentos a pagar - circulante 2.130.097 902.029 Arrendamentos a pagar – não circulante 67.844.785 64.915.361 69.974.882 65.817.390 Movimentação das obrigações com arrendamento: 2024 2023 Saldo anterior 65.817.390 86.637.908 (+) Adições 6.338.977 - (+/-) Variações monetárias (6.219.152) (24.212.261) (+) Realização do AVP sobre o passivo de arrendamento 9.518.273 6.058.107 (-) Pagamentos (5.480.606) (2.666.364) Saldo atual 69.974.882 65.817.390 Vencimentos 2024 2023 Até 365 dias 2.130.097 902.029 Ano 2 7.914.375 7.236.000 Ano 3 8.849.869 8.080.200 Ano 4 9.302.963 8.442.000 Ano 5 9.355.424 8.442.000 Acima de 5 anos 32.422.154 32.715.161 69.974.882 65.817.390 18. Outras contas a pagar: 2024 2023 Contas a pagar 5.646.728 5.214.530 Adiantamentos de clientes 5.348.938 79.156.496 Outras contas a pagar 6.547.152 3.062.757 Outras Contas - Partes relacionadas 5.988.000 135.000 Outras Contas a pagar 559.152 2.927.757 17.542.818 87.433.783 Representam substancialmente saldos recebidos em forma de adiantamento de clientes em reais na data-base para um futuro fornecimento de bens e serviços. A redução no saldo de adiantamentos de clientes do ano de 2023 comparando com o ano de 2024, foi decorrente do encontro de contas realizado ao longo do ano. A prática adotada pela administração foi em cumprimento da NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis. 19. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Considerando os ativos fiscais diferidos, a realização esperada segue da seguinte forma: valor justo de ativo biológico, prejuízo fiscal e PECLD, são atividades de curto prazo e longo prazo, decorrente do ciclo operacional das atividades realizadas pelo Frigorífico Nutribras S.A. Os valores de ativo biológico serão revertidos no ano de 2025 bem como parte da depreciação acelerada. Já os valores referentes ao prejuízo fiscal serão revertidos conforme a Companhia tiver lucro. Quanto às diferenças temporárias de depreciação, a realização ocorre com base na depreciação dos bens, que são de curto e longo prazo, conforme mencionado na nota 12 - Imobilizado, com as alíquotas e metodologia de depreciação aplicável anualmente. Com base na NBC TG 32 (R4) – Tributos Sobre o Lucro, a Companhia não reconheceu o prejuízo fiscal correspondente à parcela de 70% não possível de realização da compensação sobre a atividade geral, pois o prejuízo fiscal acumulado contém saldo superior ao lucro tributável esperado para os próximos anos, e reconheceu o percentual possível de compensação a ser realizado com o tempo, sendo 30%. Referente aos ajustes de avaliação patrimonial, eles serão realizados no curto e longo prazo, com previsão de finalização em 15 anos, considerando a baixa dos bens por depreciação. Caso ocorra a venda dos bens, a realização será antecipada. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis. A composição dos saldos dos tributos diferidos líquidos é demonstrada a seguir: 2024 2023 Composição do ativo 21.173.938 11.418.184 Prejuízo fiscal 21.173.938 11.418.184 Composição do passivo (37.709.535) (14.610.403) PECLD 2.169.638 2.058.245 Depreciação acelerada incentivada (26.610.415) (19.530.744) Ajuste de avaliação patrimonial (8.889.626) (4.968.552) Valor justo do ativo biológico (4.379.132) 7.830.648 Saldo Líquido (16.535.597) (3.192.219) 31/12/2024 Reconhecimento no Resultado Reconhecimento no Patrimônio líquido Saldo em 31/12/2023 Prejuízo fiscal 21.173.938 9.755.754 - 11.418.184 PECLD 2.169.638 111.393 - 2.058.245 Depreciação acelerada incentivada (26.610.415) (7.079.671) - (19.530.744) Ajuste de avaliação patrimonial (8.889.626) (4.663.492) 742.418 (4.968.552) Valor justo do ativo biológico (4.379.132) (12.209.780) - 7.830.648 (16.535.597) (14.085.796) 742.418 (3.192.219) Referente a composição do saldo de imposto diferido, especificamente o de prejuízo fiscal, a expectativa da Companhia em utilizar este saldo é no período de 5 anos. Para conseguir mensurar este prazo, a Companhia utilizou como base o seu plano estratégico que contém todas as projeções de receitas, custos e despesas. 20. Provisão para contingências: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas cível, fiscal e trabalhista, no curso normal de seus negócios. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, quanto às ações fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu as seguintes provisões: 2024 2023 Provisões trabalhistas 3.718.592 1.317.063 Provisões cíveis 60.268 12.983 Total 3.778.860 1.330.046 Abaixo a movimentação das provisões ocorridas em 2024: 31/12/2023 Adição baixa 31/12/2024 Provisões trabalhistas 1.317.063 3.698.592 (1.317.063) 3.698.592 Outras Provisões - 20.000 - 20.000 Provisões cíveis 12.983 55.071 (7.786) 60.268 1.330.046 3.773.663 (1.324.849) 3.778.860 Adicionalmente, a Companhia também é parte envolvida em processos cujas expectativas de perdas foram classificadas como possíveis no valor de R\$ 21.249.571 em 2024 (R\$ 63.544.000 em 2023), porém não são provisionadas em conta patrimonial e resultado, conforme a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo apenas divulgadas em notas explicativas. Adicionalmente, a Companhia possui depósitos judiciais referente a processos trabalhistas, bem como referente a TUSD e TUST que integram a base de cálculo de ICMS sobre energia, que estão classificados no grupo de outros créditos. A Companhia tem processo judicial ativo para exclusão desses valores da base de cálculo de ICMS. 2024 2023 Depósitos Judiciais TUSD e TUST 6.412.392 5.566.070 Depósitos Judiciais Trabalhistas 71.940 74.929 Total 6.484.332 5.640.999 21. Partes relacionadas: Honorários da administração A Companhia considera como pessoal chave da Administração os diretores remunerados e os Diretores Estatutários. Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos diretores, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado compondo a somatória do saldo da nota explicativa nº 24 – Custos e despesas por natureza e está detalhada a seguir: Consolidado 2024 2023 Remuneração 675.839 135.370 Encargos 28.274 38.428 Benefícios 238.499 173.798 Total 942.612 337.596 Partes relacionadas A Companhia no decorrer de suas atividades, realiza operações com as partes relacionadas oriundas de compra e venda de produtos, dentre outras transações. Essas transações são realizadas em condições específicas, acordadas entre as partes e estão sendo reconhecidas de acordo com a NBC TG 05 (R3) - Divulgações sobre Partes Relacionadas. As partes relacionadas incluem operações com os acionistas, participações societárias em operações que envolvem transações entre uma Companhia e outras entidades que possuem algum tipo de relação, seja de controle, coligação, ou simplesmente com interesses comuns, como subsidiárias, controladoras, investidas, companhias coligadas, ou até mesmo pessoas físicas com participação significativa na Companhia. Composição partes relacionadas (15.143.159) Agropecuária São Braz (1.357.639) Paulo Cezar Lucion (16.500.798) Partes Relacionadas Fornecedor - Nota 14 53.093.309 Agropecuária São Bento - Paulo Cezar Lucion 53.093.309 Partes Relacionadas adiantamento fornecedor (135.000) (estoque) - Nota 9 (152.175) Agropecuária São Braz (5.988.000) Paulo Cezar Lucion (6.275.175) Julce Maria Caregnatto

Lucion (15.143.159) Partes Relacionadas Adiantamento de Clientes – (1.357.639) (outras contas a pagar) (16.500.798) 2024 2023 Agropecuária São Braz (15.278.159) (10.342.806) Paulo Cezar Lucion (1.509.814) (10.633.426) Agropecuária São Bento 53.093.309 44.088.103 Julce Maria Caregnatto Lucion (5.988.000) - Partes Relacionadas 30.317.336 23.111.871 Nas operações financeiras com partes relacionadas estão previstas a remuneração de acordo com a variação da Selic mensal, e não existe data definida para liquidação das operações. 22. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido tem como objetivo fornecer informações detalhadas sobre a composição, movimentações e alterações do patrimônio líquido da Companhia durante o período, oferecendo mais transparência sobre como ele é formado e os impactos financeiros para os acionistas ou investidores. Os principais componentes incluem: a) Capital social - O capital social, integralmente realizado, é representado por 71.337.844 ações (71.337.844 ações em 2023 e 2024), conforme segue abaixo: R\$ Ações Participação (%) Paulo Cezar Lucion 70.937.904 70.937.904 99 Paulo Cezar Lucion junior 399.940 399.940 1 71.337.844 71.337.844 100 b) Ajuste de avaliação patrimonial: Composto pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído nos bens do ativo imobilizado de edificações, máquinas e equipamentos. A Companhia efetuou reavaliação dos bens edificações e máquinas integrantes do seu ativo imobilizado, nos exercícios de 2017, sendo o saldo remanescente, em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 62.548.744 (R\$ 67.904.117 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos efeitos fiscais. c) Adiantamento para aumento de capital O adiantamento de Capital foi realizado com o objetivo de reforçar o capital da Companhia, sendo classificado como um instrumento patrimonial não remunerado, sem características de passivo, e destinado exclusivamente à futura integralização de capital social. No ano de 2024 a Companhia apresentou o saldo de R\$ 62.514.062 a ser integralizado em 2025. d) Reservas de lucros As reservas de lucros são parcelas do lucro líquido que a Companhia retém no patrimônio, em vez de distribuí-las como dividendos. Elas são regulamentadas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) e visam atender a finalidades específicas, como proteger o capital social, viabilizar investimentos ou cobrir perdas futuras, abaixo as reservas que constituem a reserva de lucros da companhia. Reserva legal É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia apresentou em 2024 o saldo em conta de reserva legal de R\$ 9.234.690 (R\$ 9.234.690 em 31 de dezembro de 2023). Reserva de incentivos fiscais A reserva de incentivos fiscais, foi constituída em conformidade com a Lei nº 13.799/2019 referente a incentivo fiscal de redução de IRPJ nas áreas de atuação da Superintendência do desenvolvimento da Amazônia e incentivo PRODEIC criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso em conformidade com Lei nº 7.958/2003 e consolidada pela Lei no 10932/2019, Lei Complementar nº 631/2019 e Decreto nº 288/2019. A Companhia apresentou em 2024 o saldo em conta de Reserva de incentivos fiscais o valor de R\$ 249.084.787 (R\$ 249.084.787 em 31 de dezembro de 2023). e) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio A Administração da Companhia assegura a distribuição de lucros aos sócios, conforme saldo remanescente de lucros acumulados. No artigo 25º do Estatuto Social da Companhia é previsto o dividendo obrigatório aos acionistas de, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, porém no exercício de 2024 a Companhia apresentou prejuízo. 23. Receita operacional líquida 2024 2023 Venda de produto mercado interno 647.496.452 564.629.118 Venda de produto mercado externo 11.796.978 18.336.363 Serviços prestados 482.324 363.249 Total de receita 659.775.754 583.328.730 A Companhia apresenta a nota explicativa de “receita operacional, líquida” em conformidade com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável. A seguir, apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício: 2024 2023 Receita operacional 708.965.897 618.305.120 Impostos sobre vendas (66.899.339) (72.599.969) Incentivo fiscal – PRODEIC (i) 39.023.017 52.859.435 Devoluções e abatimentos (21.313.821) (15.235.856) Total receita operacional líquida 659.775.754 583.328.730 (i) O PRODEIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso) é uma iniciativa do governo estadual que oferece incentivos fiscais para Companhias que se estabelecem ou expandem suas atividades no Estado. O objetivo principal é fomentar o crescimento econômico, gerar empregos e atrair investimentos, especialmente em setores industriais e comerciais. 24. Custos e despesas por natureza 2024 2023 Valor justo biológico - Nota 10 (35.911.123) 21.456.372 Valor justo estoque – Nota 9 (1.640.565) 16.848.992 Custos suinocultura (i) 245.573.656 335.519.935 Custos da indústria 125.993.252 99.028.261 Custos da produção agrícola 104.815.042 101.676.968 Total 438.830.262 574.530.528 Despesas com colaboradores 40.222.941 49.878.755 Despesas operacionais 14.330.680 11.581.853 Despesas com transportes 16.162.448 12.880.701 Despesas Administrativas 28.161.887 29.613.898 Despesas tributárias 12.243.556 7.001.848 Despesas de imobilizado 33.804.191 9.300.302 Despesas com vendas e comissões 40.780.254 37.632.430 Outras despesas/outras receitas (ii) (24.582.082) (4.705.082) Total 161.123.875 153.184.705 (i) A variação no custo da suinocultura comparando ano de 2023 e 2024 ocorreu principalmente pois, a partir de 2024 a Companhia iniciou a constituição de imobilizado referente as matrizes próprias. Anteriormente as matrizes adquiridas de terceiros já estava registrada no imobilizado. (ii) No ano de 2024 ocorreu a venda pontual de alguns imobilizados, no qual a administração identificou uma oportunidade no mercado. 25. Resultado financeiro líquido 2024 2023 Juros sobre empréstimos e arrendamentos (67.095.785) (36.485.331) Variação cambial passiva (3.425.937) (2.066.856) Descontos concedidos (3.722.863) (4.365.637) Despesas bancárias (652.525) (2.775.232) Outras despesas financeiras (1.899.053) (946.759) Total das despesas financeiras (76.796.163) (46.639.815) Rendimento sobre aplicação financeira 269.482 146.572 Variação cambial ativa 3.283.525 7.010.587 Juros recebidos 751.215 445.938 Total das receitas financeiras 4.304.222 7.603.097 Resultado financeiro líquido (72.491.941) (39.036.718) 26. Gestão de riscos: A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, preço de commodities e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. 26.1. Gerenciamento dos riscos financeiros A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco Cambial; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; Risco de commodities. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Riscos de crédito Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. 2024 2023 Saldo Contábil Valor de mercado Saldo Contábil Valor de mercado Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa 17.398.451 17.398.451 4.179.227 4.179.227 Contas a receber 59.869.439 59.869.439 85.195.128 85.195.128 Outros créditos 703.029 703.029 5.460.643 5.460.643 77.970.919 77.970.919 94.834.998 94.834.998 Passivos financeiros Fornecedores (121.041.195) (121.041.195) (125.041.19 5)

(125.041.19 5) Empréstimos e financiamentos (405.178.432) (405.178.432) (333.573.76 1) (333.573.76 1) Outras contas a pagar (17.542.818) (17.542.818) (87.433.783) (87.433.783) (543.762.445) (543.762.445) (546.048.73 9) (546.048.73 9) (465.791.526) (465.791.526) (451.213.74 1) (451.213.74 1) Esses riscos são administrados por normas específicas da Companhia, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para devedores duvidosos, quando necessário. Risco de liquidez Refere-se ao risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Fluxo de caixa contratual Nota 31/12/2024 Até 1 ano De 1 a 2 anos Acima de 2 anos Passivos financeiros 633.866.425 346.840.189 71.966.654 231.055.517 Obrigações sociais e trabalhistas 17 12.980.810 12.980.810 - - Obrigações tributárias 16 6.210.050 4.349.429 930.311 930.311 Fornecedores 14 121.979.434 121.979.434 - - Empréstimos e financiamentos 15 405.178.431 177.091.666 63.676.247 164.410.518 Outras contas a pagar 19 17.542.818 12.312.818 5.230.000 - Arrendamentos a pagar 18 69.974.882 2.130.097 2.130.097 65.714.688 Risco cambial - A Companhia está exposta à volatilidade cambial devido a: Aquisições de insumos agrícolas cotados em moedas estrangeiras; Receitas e captações financeiras vinculado as taxas cambiais; Instrumentos derivativos utilizados para proteção contra a variação do dólar. Diante deste cenário, a Companhia realiza vendas de exportações para equalizar as compras que também são em dólar, mantendo uma análise de exportação versus compra em dólar, de forma a buscar um equilíbrio cambial. 31/12/2024 Câmbio U\$ R\$ Passivos Financeiros (11.911.939) (73.762.300) Empréstimos e financiamentos 6,19 (11.911.939) (73.762.300) 31/12/2023 Câmbio U\$ R\$ Passivos Financeiros (14.781.504) (71.561.695) Empréstimos e financiamentos 4,84 (14.781.504) (71.561.695) Análise de sensibilidade - A desvalorização ou valorização do dólar frente ao real impactaria as mensurações e valores apresentados neste relatório, afetando ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado, devido às variações cambiais ativas e passivas das operações. A análise de sensibilidade projeta os possíveis impactos decorrentes das oscilações das taxas cambiais. A Companhia realiza essa análise por meio de cálculos de desvios positivos e negativos, utilizando variações de -50%, -25%, +25% e +50% sobre a taxa de câmbio vigente na data-base destas demonstrações contábeis. 31/12/2024 Redução 50% Redução 25% Atual Aumento 25% Aumento 50% Exposição líquida (36.881.150) (55.321.725) (73.762.300) (92.202.876) (110.643.451) Empréstimos e financiamentos (36.881.150) (55.321.725) (73.762.300) (92.202.876) (110.643.451) 31/12/2023 Redução 50% Redução 25% Atual Aumento 25% Aumento 50% Exposição líquida (35.780.848) (53.671.271) (71.561.695) (89.452.119) (107.342.543) Empréstimos e financiamentos (35.780.848) (53.671.271) (71.561.695) (89.452.119) (107.342.543) Risco de taxa de juros - Refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas devido às oscilações das taxas de juros aplicáveis a seus ativos e passivos financeiros. A valorização das taxas de juros impactaria as mensurações e valores apresentados neste relatório, afetando ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado. Desta forma a Companhia equilibra as suas operações para que não tenha impacto negativo com essa variação. 31/12/2024 Risco Taxa Média R\$ Princ. + Juros Ativos financeiros 961.591 9.441.245 Aplicações financeiras Aumento CDI 97% 961.591 9.441.245 Passivos financeiros 6.024.296 246.624.290 Empréstimos e financiamentos Aumento CDI CDI + spread 6.024.296 246.624.290 31/12/2024 Risco Taxa Média R\$ Princ. + Juros Ativos financeiros 17.101 167.902 Aplicações financeiras Aumento CDI 97% 17.101 167.902 Passivos financeiros 2.992.434 107.642.425 Empréstimos e financiamentos Aumento CDI CDI + spread 2.992.434 107.642.425 Análise de sensibilidade - A valorização das taxas de juros impactaria as mensurações e valores apresentados neste relatório, afetando os ativos da companhia. Realizamos a análise da sensibilidade da taxa de juros e os impactos com as oscilações da taxa de juros. 31/12/2024 Redução 50% Redução 25% Atual Aumento 25% Aumento 50% Exposição líquida 41.774.204 56.407.659 70.752.062 84.823.711 98.637.499 Aplicações financeiras 480.796 721.193 961.591 1.201.989 1.442.387 Empréstimos e financiamentos 42.254.999 57.128.852 71.713.653 86.025.700 100.079.885 31/12/2023 Redução 50% Redução 25% Atual Aumento 25% Aumento 50% Exposição líquida 7.494.336 9.940.990 12.382.544 14.819.157 17.250.980 Aplicações financeiras 8.551 12.826 17.101 21.376 25.652 Empréstimos e financiamentos 7.502.887 9.953.816 12.399.645 14.840.533 17.276.631 Risco de mercado - Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A administração por meio da sua operação verticalizada, traz um equilíbrio para este risco de mercado, pois não precisa comprar a sua totalidade da matéria prima no mercado. Risco de commodities - O risco de mercado tem impacto com as alterações dos preços das commodities e com demais variações como, taxa de juros e câmbio. A Companhia adota estratégias para proteção destas alterações. Os contratos de venda das commodities são fechados quando a Companhia atinge a sua margem operacional e líquida conforme definido pela administração. Além disso uma parte das commodities como o milho, milheto e sorgo, são utilizados como insumos, e dessa forma equilibram essas variações. 27. Cobertura de seguros: A Companhia adota políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. 28. Eventos subsequentes: A Companhia realizou a quitação de um empréstimo bancário com o banco BV, no início de janeiro de 2025, no valor total de R\$ 30.000.000, e com isso correu a redução do seu endividamento.

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: 87b5910f

Consulte a autenticidade do código acima em https://iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar